

Para Cabral, o Congresso deve definir antes o que é urgente e polêmico

Cabral acha que agora Carta será completada

1 O MAR 1989
O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) acredita que a partir da formação das comissões permanentes será possível apressar a regulamentação da Constituição. Em palestra proferida no auditório do Ministério Público do DF, o relator da Assembléia Constituinte procurou não criticar a demora na regulamentação. Disse que o atraso é decorrência natural do processo de acomodação necessário para se chegar à formação das comissões.

Caberá às comissões definir o que é prioritário dentro das propostas que já fo-

ram encaminhadas, para que a regulamentação tenha início pelos pontos da Constituição que são mais urgentes e polêmicos, explicou Cabral.

O deputado falou a cerca de 50 procuradores e advogados a convite do Ministério Público sobre a nova ótica da Constituição de 88. Cabral defendeu a autonomia que foi dada ao Ministério Público pela nova Carta. "O texto mostra que o membro do Ministério não é um empregado do governador do Estado". Pelo novo texto, passou a ter as mesmas prerrogativas que os juizes.

DURANTE A PALESTRA
Durante a palestra, o deputado lembrou que esta é a primeira Constituinte brasileira que não recebeu nenhuma contribuição já pronta de um grupo seletor de juizes. O projeto da comissão Afonso Arinos acabou não sendo aproveitado porque o governo não aceitou a proposta embutida nele de se instalar o sistema Parlamentarista.

Ao final do encontro, Cabral desejou que o Ministério Público, com os poderes que lhe foram designados pela nova Carta, "desempenhe sua função com autonomia, simplicidade e altivez".